

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.639.113 - ES (2019/0372162-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : LUIS HENRIQUE CASAGRANDE
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS STEIN JUNIOR - ES004939
FREDERICO LEAL REBOUCAS GONCALVES - ES022170
AGRAVADO : JOSE CARLOS WROBLEWSKI DA SILVA
AGRAVADO : SALUTARE NUCLEO TERAPEUTICO LTDA
ADVOGADO : JOSÉ ALEXANDRE BUAIZ FILHO - ES005749

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por LUIS HENRIQUE CASAGRANDE, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de LUIS HENRIQUE CASAGRANDE, a petição de agravo em recurso especial não está subscrita, o que torna o apelo inexistente.

O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que "é considerado inexistente o recurso dirigido a instância especial sem assinatura do signatário da petição" (AgInt no AREsp 1019050/RJ, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 30/05/2018).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na assinatura do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, quedou-se inerte (certidão de fl. 838).

Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º

Superior Tribunal de Justiça

do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente